

RESOLUÇÃO Nº 064/2023-CEPE, DE 30 DE MARÇO DE 2023.

Aprova a alteração do Projeto Político-Pedagógico do curso de Direito, do *campus* de Foz do Iguaçu.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), em reunião ordinária realizada no dia 30 de março de 2023,

Considerando o contido no Protocolo nº 19.428.905-7, de 31 de agosto de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme o anexo desta resolução, a alteração do Projeto Político-Pedagógico do curso de Direito, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, do *campus* de Foz do Iguaçu, aprovado pela Resolução nº 288/2017-CEPE, com implantação gradativa a partir do ano letivo de 2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Cascavel, 30 de março de 2023.

ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Presidente do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - CURSO DE DIREITO - UNIOESTE -
CAMPUS DE FOZ IGUAÇU - 2023**

I – IDENTIFICAÇÃO

CURSO: Direito		
CAMPUS: Foz do Iguaçu		
CENTRO: Centro de Ciências Sociais Aplicadas		
NÚMERO DE VAGAS: 40		TURNO: Noturno
LOCAL DE OFERTA: Campus de Foz do Iguaçu		
CARGA-HORÁRIA EM HORAS: 3.825 h		
MODALIDADE DE OFERTA	DE	x PRESENCIAL
		À DISTÂNCIA
GRAU DE CURSO		x BACHARELADO
		LICENCIATURA
		TECNOLÓGICO
INTEGRALIZAÇÃO		Tempo mínimo: 5 anos
		Tempo máximo: 8 anos
COM ÊNFASE EM:		VAGAS:
COM HABILITAÇÃO EM: Direito		VAGAS: 40
ANO DE IMPLANTAÇÃO: Ano letivo de 2023		

II – LEGISLAÇÃO

DE AUTORIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO CURSO (Resoluções COU/CEPE, Parecer CEE/PR, Resolução Seti e Decreto)
<ul style="list-style-type: none"> - Portaria n. 1886-MEC, de 30/12/1994, que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico; - Expansão: Resolução n. 004/98–COU, de 4 de maio de 1998; - Criação: Resolução n. 007/98–COU, de 4 de maio de 1998; - Aprovação do Projeto Pedagógico: Resolução n. 012/2001–COU, de 20 de março de 2001; - Autorização: Lei n. ° 13.151, de 18 de maio de 2001; - Ampliação do número de vagas: Resolução n. 037/2001–COU, de 16 de agosto de 2001; - Autorização de Funcionamento: Decreto n. 5.722 de 28 de maio de 2002;

- Aprovação da reformulação do Projeto Político-Pedagógico: Resolução n. 036/2004–CEPE, de 16 de novembro de 2004;
- Alteração parcial do Projeto Político-Pedagógico: Resolução n. 240/2005–CEPE, de 25 de agosto de 2005;
- Alteração parcial do Projeto Político-Pedagógico: Resolução n. 318/2006–CEPE, de 13 de dezembro de 2006;
- Aprovação da reformulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Direito: Resolução 249/2014 – CEPE, de 25 de setembro de 2014.

DE RECONHECIMENTO E RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Resolução Seti, Parecer CEE/PR)

- Decreto Estadual n.º 1.310/2007.
- Decreto Estadual n.º 8.117/2013.
- Decreto Estadual n.º 9.334/2018.

BÁSICA (Resolução e Parecer do CNE, do CEE e da Unioeste, as DCN's do curso; e Legislação que regulamenta a profissão, quando for o caso)

LEGISLAÇÃO UNIOESTE

1. Regimento Geral da Unioeste;
2. Resolução 095/2016-CEPE, que aprova os turnos de oferta, o horário de funcionamento, a duração da aula e define o trabalho discente efetivo nos cursos de graduação da Unioeste;
3. Resolução 096/2018-CEPE, aprova o regulamento dos procedimentos para elaboração, tramitação e acompanhamento de planos de ensino.
4. Resolução 138/2014-CEPE, aprova as diretrizes para o ensino de graduação da Unioeste, revoga a Res. 287/2008-CEPE.
5. Resolução 097/2016-CEPE, que aprova o regulamento da oferta de disciplinas nos cursos de graduação da Unioeste;
6. Resolução 250/2021-CEPE, Regulamento Geral de Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação.
7. Resolução nº 304/2004-CEPE, Regulamento Geral de Trabalho de Conclusão de Curso.

8. Resolução nº 099/2016-CEPE, que aprova o regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares;
9. Resolução nº 034/2000-COU, critérios para elaboração e a determinação do índice de Atividade de Centro;
10. Res. 317/2011-CEPE, institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE), nos cursos de graduação;
11. Resolução nº 093/2016-CEPE, que Regulamenta o Sistema de Gestão Acadêmica – Acadêmus, dos cursos de graduação da Unioeste;
12. Resolução nº 098/2016-CEPE, que aprova o regulamento para a oferta de atividades na modalidade de educação à distância nos cursos presenciais de graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
13. Resolução nº 101/2016-CEPE, que aprova o Regulamento de Avaliação da Aprendizagem, Segunda Chamada de Avaliação e Revisão de Avaliação;
14. Resolução nº 100/2016-CEPE, que aprova o Regulamento do Aproveitamento de Estudos e de Equivalência de Disciplinas nos Cursos de Graduação, na Unioeste;
15. Resolução nº 085/2021-CEPE, que aprova o regulamento das atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação, na modalidade presencial e a distância, da Unioeste;
16. Resolução nº 194/2021-CEPE, que aprova Regulamento de Elaboração e Alteração de Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação na Unioeste, alterada pela Resolução nº 098/2022-CEPE, referente ao percentual de carga horária das Atividades Acadêmicos Complementares;
17. Deliberação CEE/PR nº 07/2020 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Educação à Distância – EaD em cursos de graduação presenciais de Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino.
18. Resolução 98/2022 – CEPE – altera parcialmente a resolução 194/2021 e estabelece o limite de atividades complementares curriculares entre 2% a 5%.

LEGISLAÇÃO DO MEC – DCNS. (BACHARELADO) e CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE

1. Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96;
2. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
3. Deliberação CEE/CP nº 03/2021, dispõe sobre a oferta de carga horária de atividades educacionais a Distância em cursos de graduação presenciais de Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino.
4. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso;
5. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimento o disposta na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004). Deliberação CEE nº 04/2006, de 02/08/2006, que institui normas complementares às Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
7. Resolução CNE/CES nº 3/2007 e Parecer CNE/CES nº 261/2006 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
8. Resolução CNE/CES Nº 02/2007 Carga horária mínima, em horas para Bacharelados (Graduação, Presencial). Tempo de integralização.
9. Resolução CNE/CES nº 04/2009 Carga horária mínima, em horas para Bacharelados (Área de Saúde, Presencial).
10. Decreto nº 5.296/2004, estabelece condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008; Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro

- de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
11. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
 12. Disciplina de Libras, Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
 13. Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
 14. Portaria Normativa n.º 11, de 20 de junho de 2017 – Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017.
 15. Portaria Normativa n.º 21, de 21 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.
 16. Portaria Normativa n.º 22, de 21 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.
 17. Portaria Normativa n.º 23, de 21 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
 18. Deliberação nº 02/2009 – CEE estabelece normas para a organização e a realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior [...].

19. Decreto n.º 9.057 de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Oferta de até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância nos cursos presenciais e reconhecidos.
20. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n.º 4.281 de 25 de junho de 2002. Resolução CNE/CES n.º 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Lei Estadual 17505 de 11 de janeiro de 2013 que institui a política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. Deliberação n.º 04/2013-CEE estabelece normas para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal n.º 9795/1999, Lei Estadual n.º 17.505/2013 e Resolução CNE/CP n.º 02/2012.
21. Parecer n.º 8 de 6 de março de 2012 – CNE/CP. Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 – CNE/CP Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Deliberação 02/2015-CEE que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
22. Lei n.º 12.764 de 27 de dezembro de 2012 – Institui a Proteção do Direito da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
23. Lei n.º 13.185 de 6 de novembro de 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)
24. Lei n.º 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal a tipificação do crime de assédio sexual,
25. Lei n.º 12.250, de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.
26. Deliberação CEE n.º 02/2016 – Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
27. Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, fixa normas para as Instituições de Educação Superior Mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do

Estado do Paraná e Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos.

28. Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018 – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.
29. Deliberação CEE/CP n.º 03/2021 – Dispõe a oferta de carga horária de atividades educacionais à distância nos cursos de graduação presenciais de Instituições de Ensino Superior, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
30. Deliberação CEE/CP n.º 08/2021 - Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18.
31. Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de abril de 2021 – que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES n. 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
32. Resolução CNE/CES n.5, de 17 de dezembro de 2018 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
33. Resolução CNE/CES n. 9/2004, que institui as Diretrizes Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito e dá outras providências, de 29 de setembro de 2004.

III – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA:

O que justifica a alteração do Projeto Político Pedagógico é a necessidade de inserção de novas disciplinas obrigatórias, visando atender às determinações da Resolução n. 5/2018 - MEC, de 17 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução CNE/CES n. 2, de 19 de abril de 2021, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, além da adequação do Curso à curricularização da extensão.

Trata-se de aprimoramento contínuo e dinâmico do Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito a fim de modernizar a oferta do curso de Direito do campus de Foz do Iguaçu da UNIOESTE, ajustando-se as tendências exigidas pelo mercado de trabalho, na formação de profissionais qualificados às demandas sociais deste momento.

Na construção do referido projeto, buscou-se, dentre outros objetivos, a inclusão disciplinar da extensão durante o transcurso das atividades letivas, de maneira transversal e articulada com vários saberes do eixo de formação técnico-jurídica do curso.

Novos temas disciplinares afetos aos Direitos Digital, Direito Financeiro, Formas Consensuais de Solução de Conflitos foram incluídas na grade curricular. Por outro, procurou-se manter o máximo possível das conquistas já estabelecidas anteriormente, como a a disciplina de Previdenciário, que agora também passou a ser obrigatória.

Tendo em vista as características regionais específicas da Tríplice Fronteira, demarcadamente ligadas à temática Educação Ambiental, a disciplina de Direito Ambiental é uma das conquistas mantidas, atendendo à determinação da Lei n. 9.795/99 e Decreto n. 4.28/02, Resolução CNE/CES 2/2012 e Deliberação nº 04/2013, que estabelece normas para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino no Paraná. Lei Estadual n. 17.505/2013, da Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Outrossim, novos conteúdos correlacionados à temática serão disponibilizados em disciplinas optativas, a exemplo

do Direito Agrário, o qual também passa a estar presente no conteúdo programático da disciplina de Civil III.

Este novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Direito promove a inserção articulada de conteúdos relativos aos temas inovadores da atualidade, buscando a construção pelos acadêmicos e docentes de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, nos termos da legislação pertinente.

Relações étnico-raciais são temas transversais agora adotados neste documento. A temática das relações étnicas-raciais estará presente na disciplina de Direito Constitucional I, Psicologia jurídica, enquanto a história e cultura afro-brasileira e africana estarão presentes na disciplina de Sociologia Jurídica, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, Deliberação CEE/PR n.º 04/06, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

A temática dos Direitos Humanos estará presente de maneira transversal nas disciplinas de Direito Constitucional I, Direito Internacional Público e Privado e Direito do Trabalho, conforme Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012, a Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012 e a Deliberação n.º 02/2015-CEE/PR.

Justifica-se também essa alteração de PPP para se ajustar à Resolução nº 098/2016-CEPE, de 30 de junho de 2016, que prova o regulamento para a oferta de atividades na modalidade de educação à distância nos cursos presenciais de graduação da Universidade Estadual de Oeste do Paraná. Tal resolução está embasada no Decreto Nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Adota-se assim, a oferta de até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância nos cursos presenciais e reconhecidos, conforme deliberação CEE/PR n.º 03/2021.

Outrossim, seguiu-se o novo limite da Resolução 098/2022 do Cepe, que determina a alocação das atividades complementares, que foram alocadas entre o percentual de 2 a 5% da carga horária do curso.

Em termos inclusivos, a disciplina de Libras passa a ser oferecida de maneira

optativa, com acesso a todo o corpo discente, conforme a Lei n. 10.436/2002. No mesmo quesito, seguem-se as determinações da Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), com destaque para o Programa de Educação Especial (PEE) para atendimento de portadores de necessidades especiais, seu acompanhamento e permanência nos cursos de graduação. Este projeto ajusta-se também à Deliberação CEE n. 02/2016 – que dispõe sobre as normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Educação do Paraná; Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui a Proteção do Direito da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Em relação à pesquisa, orienta-se pela Resolução CNS n.º 466, de 12 de dezembro de 2012 que aprova as diretrizes e **normas regulamentadoras de pesquisas** envolvendo seres humanos. Nesse sentido, o curso seguirá os trâmites indicados pelo Comitê de Ética da instituição, responsável pelo acompanhamento e avaliação de pesquisas, quando essas envolverem diretamente seres humanos.

HISTÓRICO:

O curso de Direito, na modalidade de bacharelado, no período noturno, foi implantado em 2003 e reconhecido por meio do Decreto Estadual n.º 1.310, de 15 de maio de 2007, com 40 vagas anuais. Posteriormente, o curso foi renovado com o Decreto Estadual n.º 8.117, de 08 de maio de 2013. Por fim, recebeu também ulterior renovação pelo Decreto Estadual n.º 9.334 de 2018.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS:

As novas demandas da sociedade contemporânea exigem formação que articule, com a máxima organicidade, a competência científica e técnica, com a inserção política e a postura ética.

A competência científica pretendida pelo Curso de Direito se faz através da familiarização dos alunos com os fundamentos (epistemes) que sustentam a área científica que informa cada área do conhecimento. Esse processo requer domínio da evolução histórica da ciência jurídica, domínio dos métodos e linguagens que geraram seus distintos contornos, o diálogo com os “clássicos”. É na base destes fundamentos

que se pode construir o “aprender a aprender”, condição para o exercício profissional criativo, aquele que não se exaure nos rápidos processos obsoletos que afetam, hoje, todo exercício profissional.

Positivamente, a lógica desta formação é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ensino com extensão aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea. Ensino com pesquisa aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa, em seu próprio processo evolutivo. Neste contexto, o conceito de indissociabilidade requerido para o ensino de graduação não se reduz nem ao processo de produção de saber novo, nem às práticas de intervenção direta nos processos sociais, a partir da pesquisa e da extensão.

Assim é que, o presente Curso, tem como objetivo preparar bacharéis em Direito com formação humanística e visão crítica, além daquela propriamente jurídica, em condições de antever mudanças e sugerir normas e modificações corretivas na legislação, capazes de atuar quer na ciência, quer no campo da advocacia, quer no exercício das funções públicas.

Para que os objetivos pretendidos pela Unioeste sejam alcançados, essa Instituição preocupou-se com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa compreendida como processo formador, é elemento constitutivo e fundamental no processo de aprender e aprender-aprendendo e, portanto, prevalente nos vários momentos curriculares.

Para realizar a articulação ensino-pesquisa na graduação, entendemos necessário o envolvimento dos atores, como componentes individuais e o apoio da estrutura institucional como via de integração entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a execução das atividades.

Busca-se, desta forma, a interdisciplinaridade. A prática interdisciplinar no ensino permitirá desfazer os limites entre prática, estágio, situação problema, problematização, extensão e pesquisa, pois todos esses elementos serão princípios formativos do ensino de graduação no Curso de Direito.

Adota-se, assim, como referência o ato de interrogar, (re) produzir e criar, ou seja: interrogar a realidade de modo crítico e permanente, (re) produzir o conhecimento de modo consciente de suas limitações e, orientar o aluno para a busca de soluções criativas para os problemas com os quais se defronta.

Assim, entende-se que ao aluno será permitido uma atitude reflexiva e problematizadora, que lhe permitirá ser um produtor do conhecimento. O comportamento investigativo se aplica tanto para as atividades ditas em sala de aula como fora dela, através da participação em:

- a) eventos científicos;
- b) atividades de monitoria;
- c) atividades de extensão que objetivam o confronto da Universidade com a realidade brasileira e regional e a democratização do conhecimento acadêmico, integrando a educação, nos âmbitos cultural e científico, de modo a viabilizar as funções básicas das instituições de ensino superior junto à comunidade;
- d) desenvolvimento da pesquisa jurídica, imprescindível na construção do Direito, mostrando a evolução dos institutos reguladores da conduta, como verdadeira forma de análise dos fatos e face da legislação, da doutrina e da jurisprudência, tendo em vista o momento jurídico e social para aplicação das normas e dos princípios tendentes à justa solução dos casos concretos e, ainda, visando incentivar a fundamentação científica dos trabalhos monográficos de fim de curso;
- e) funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica com a finalidade de desenvolver atividades práticas;
- f) incentivo às atividades complementares, como forma de ampliar o conhecimento e a capacidade de articulação;
- g) seminários, palestras, conferências, entre outros eventos;
- f) incentivo à publicação em Revista Jurídica;

As metodologias adotadas – da aula expositiva, dialogada a estágio de prática jurídica, com a constante interação do corpo discente, propiciarão uma sólida formação técnico-jurídica e sócio-política em matérias fundamentais e profissionalizantes, saber

crítico para transformação e ordenação da sociedade e fornecerão ao acadêmico forte embasamento humanístico.

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL E ESPECÍFICA:

O perfil do profissional formado pelo Curso de Direito da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu, repousa em uma sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

Visa, portanto, formar um profissional com:

- a) conhecimentos sólidos dos elementos e princípios que constituem a experiência jurídica;
- b) instrumental para aplicação dos conhecimentos teóricos à realidade prática;
- c) dotado de uma visão lúcida e crítica, universal e científica, voltada para a realização do Direito;
- d) apto para, diante das transformações sociais e a realidade nacional, compreender, interpretar e contribuir na criação e na sua justa aplicação.

Nesse sentido, o curso proporcionará condições para que o formando possa desenvolver o seguinte perfil:

permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;

- f) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- g) domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;

capacidade de apreensão, transmissão e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;

capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;

- h) capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio do exercício profissional;

- i) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais.

Com relação à formação específica, o Curso de Direito da Unioeste visa proporcionar ao profissional o desenvolvimento das seguintes habilidades:

- j) leitura e compreensão de textos e documentos;

- k) interpretação e aplicação do Direito;

- l) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- m) correta utilização da linguagem – com clareza, precisão e propriedade – fluência verbal e riqueza de vocabulário;
- n) utilização do raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- o) julgamento e tomada de decisões;
- p) domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

METODOLOGIA:

O processo ensino-aprendizagem, compreendido como relação dialógica, pauta-se pela constante interação do corpo discente e docente e concepção de que a aprendizagem não se reduz à mera transmissão de informação. Adota-se, como pressuposto basilar para formação acadêmica, a articulação entre competência científica e técnica, postura ética e inserção política por meio de um processo sistemático e gradual de aprendizagem. Também se insere como aspecto fundamental deste processo o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura, compreensão e elaboração de textos, argumentação e persuasão.

Os discentes têm acesso a informações acadêmicas tanto na forma impressa - publicação de editais de avaliação e controle de frequência e consulta ao Projeto Político-Pedagógico e aos Planos de Ensino na Coordenação do Curso.

O advento da pandemia do COVID-19 trouxe a oportunidade de aprimoramento das tecnologias de ensino por meio digital, em ambiente remoto. Essa aprendizagem foi valiosa e permitiu o uso de novos instrumentos no processo de ensino e aprendizagem, tal qual o sistema “Teams”, que se demonstrou prático e eficaz.

Visando manter essas conquistas tecnológicas e permitir um nível maior de instrumentos de aprendizagem aos docentes e discentes, conforme a Resolução 098/2016 do CEPE, será permitido aos docentes, em caráter optativo e com liberdade de cátedra, o estabelecimento, em seus planos de ensino, de até 20% da carga horária das disciplinas para atividades de ensino remoto, por meio dos instrumentos digitais disponíveis e aceitos na universidade.

Conforme determina o artigo 2.º da Resolução 098/2016 do CEPE, caracteriza-se a “modalidade de educação à distância como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem, com a mediação de recursos

didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.”

Seguindo-se a caracterização acima, conforme determina o artigo 5.º da Resolução 098/2016 do CEPE, cada docente fará a eleição optativa das atividades de ensino à distância a serem realizadas nos Planos de Ensino das disciplinas, os quais serão aprovados pelo Colegiado do Curso de Direito.

Conforme a deliberação 03/2021 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, quanto às atividades de ensino à distância, estas serão realizadas de maneira síncrona ou assíncrona, nos respectivos dias letivos das disciplinas, por meio da plataforma “Teams” ou equivalente e sua metodologia poderá ser disposta da seguinte forma:

- a) aulas expositivas remotas;
- b) atividades de pesquisa orientada;
- c) debates ou trabalhos acadêmicos dialogados.

O docente deverá verificar antecipadamente a disponibilidade de acesso aos equipamentos adequados e Internet, para que os alunos possam, em caso de atividades síncronas, acompanhar devidamente as atividades realizadas.

Quanto à integração do ensino à extensão, o curso de Direito da UNIOESTE do campus de Foz do Iguaçu fará a sua materialização pela distribuição da carga-horária no transcorrer dos cinco anos da formação, em determinadas disciplinas, conforme a previsão das ementas das disciplinas neste PPP.

As atividades de extensão curricular, em linhas gerais, conforme a Resolução 085/2021 do CEPE, serão realizadas nas seguintes modalidades: projeto, eventos, prestação de serviços ou programas, a serem dirigidos prioritariamente ao contato com a comunidade regional no entorno do campus.

Contidas dentro das disciplinas de graduação, as atividades de extensão serão voltadas a integração a teoria às vivências dos discentes.

AVALIAÇÃO:

A avaliação é continuada e está integrada ao processo de aprendizagem, no qual o estudante é o ator principal. É um elemento de incentivo e de motivação para a

aprendizagem, fornecendo subsídios para a melhoria contínua e para o desenvolvimento do estudante, de forma a alcançar a autonomia teórica responsável, como descrita no perfil proposto do egresso. É importante verificar precipuamente, de um lado, o domínio dos legados de cada disciplina e a capacidade de compreendê-los de forma contextualizada, com seus métodos e suas escolas, e, de outro lado, a capacidade de abordá-los de maneira crítica, questionando suas premissas e conclusões, além de assumir posição clara e tecnicamente embasada a respeito dos problemas tratados.

Levando em conta os objetivos de aprendizagem de cada disciplina, estimula-se que os docentes utilizem instrumentos variados, contemplando, com isso, também os diversos estilos de aprendizagem dos estudantes. Podem ser utilizados os instrumentos tradicionais, como prova discursiva, prova de múltipla escolha e trabalhos escritos, bem como outros instrumentos presenciais ou digitais que viabilizem o exercício de trabalho colaborativo, do potencial investigativo e inovador, da reflexão crítica e da argumentação consistente e sensível aos fenômenos sociais. É certo que a avaliação não deve estar centrada somente na averiguação de informações apreendidas pelo estudante, devendo também incluir a verificação de competências, habilidades e atitudes.

FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:

Em consonância com as diretrizes propostas para o ensino da graduação da Unioeste, a avaliação da aprendizagem integra o processo de ensino e guarda íntima relação com a natureza de cada disciplina. Dessa forma, a metodologia de avaliação é estabelecida pelo docente no plano de ensino de forma a contemplar os diferentes aspectos da ação pedagógica no ensino, tais como a apreensão do conhecimento na área respectiva; a construção de conhecimentos de forma ativa e colaborativa entre os discentes; a capacidade de analisar e propor soluções para situações-problema; manifestação da compreensão das relações entre as diversas áreas do conhecimento; a utilização de raciocínio metodológico da área do conhecimento específico de cada disciplina; a compreensão das relações entre teoria e prática.

FORMAS E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO:

A autoavaliação do Curso compreende a análise do corpo docente, do corpo técnico administrativo bem como da infraestrutura que dá suporte ao curso. Para tanto, em conformidade com os critérios e metodologia propostos pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito são utilizados dados obtidos junto à Coordenação do Curso, ao Centro afeto e outros órgãos da universidade, bem como por meio de questionários que possibilitem a participação de acadêmicos e professores.

Na autoavaliação, três dimensões deverão ser analisadas: o processo de ensino-aprendizagem, a qualificação e adequação do corpo docente e a infraestrutura do curso.

É desejável que este processo de autoavaliação se realize continuamente. As informações obtidas serão processadas pelo Núcleo Docente Estruturante e, posteriormente, discutidas pelo Colegiado do Curso. Ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) compete acompanhar, consolidar e atualizar, permanentemente, o projeto político-pedagógico do curso, conforme Resolução nº 317/2011 – CEPE.

Tendo em vista o atendimento da Lei Estadual n.º 20.933/2021, deverá ser realizado pelo NDE um diagnóstico anual sobre o índice de ingressantes e concluintes. Neste diagnóstico, deverá ser estabelecida formas de melhoria nos índices de formação e retenção do corpo docente, observadas eventuais falhas estruturais para que possam ser sanadas pontualmente.

IV – ESTRUTURA CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS

Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. De Formação Geral			
Eixo de Formação Geral Conforme Resolução MEC/CNE/CES n.5/2018, Resolução MEC/CNE/CES n.2/2021.		Ciência Política e Teoria do Estado	68
		Economia Política	68
		Deontologia Jurídica	34
		Filosofia Geral e Jurídica	136
		Psicologia Jurídica	68
		Sociologia Geral e Jurídica	68
Carga horária:			442

Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
2. Formação Profissional			
Eixo de Formação Técnico- Profissional, conforme Resolução MEC/CNE/CES n.5/2018, Resolução MEC/CNE/CES n.2/2021.		Direito Administrativo	136
		Direito Civil I	136
		Direito Civil II	136
		Direito Civil III	136
		Direito Civil IV	136
		Direito Constitucional I	68
		Direito Constitucional II	136
		Direito Empresarial	136
		Direito Internacional Público e Privado	68
		Direito Penal I	136
		Direito Penal II	136
		Direito Penal III	68
		Teoria Geral do Processo	68
		Direito Processual Civil I	136
	Direito Processual Civil II	136	
	Direito Processual Penal	136	
	Direito Processual do Trabalho	68	
	Direito do Trabalho	136	
	Direito Tributário	136	
	Direito Financeiro	34	
	Direito Digital	34	
	Formas Consensuais de Resolução de Conflitos	34	
	Direito Previdenciário	68	
Carga horária:			2414

3. De Formação Diferenciada			
		Introdução ao Estudo do Direito	136
		Metodologia da Pesquisa Jurídica	68
		Optativa I	34
		Optativa II	34
		Optativa III	34
		Direito Ambiental	34
Carga horária:			340
4. Estágio Supervisionado			
		Estágio de Prática Jurídica I	136
		Estágio de Prática Jurídica II	272
Carga horária:			408
5. Extensão Curricular			
Carga horária:			383
6. Trabalho de Conclusão de Curso			
		Trabalho de Curso	136
Carga horária:			136
7. Atividades Acadêmicas Complementares (mínimo 2%, máximo de 5%) Resolução 098/2022 CEPE.			
		Atividades Acadêmicas Complementares	85
Carga horária total do curso:			3.825

Observações:

As atividades de extensão curricularizadas, por seu caráter eminentemente prático, não dispensa frequência.

Alunos ingressantes no primeiro semestre letivo, uma vez que venham de outras chamadas do vestibular ou do SISU, deverão receber acompanhamento dos docentes, para fins de nivelamento. Poderão, para tanto, optar pelo uso das seguintes estratégias acadêmicas: a) proposição de projetos de monitoria para componentes curriculares já ministrados; b) estudos dirigidos; c) datas diferenciadas para a realização de avaliações; d) acesso aos materiais/conteúdos já trabalhados na disciplina.

Conforme a Resolução 095/2016-CEPE, o trabalho discente feito e as atividades acadêmicas extraclasse que poderão ser realizados durante o transcorrer da disciplina, poderão envolver, além da participação nas aulas, os estudos na biblioteca, preparação de seminários, elaboração de trabalhos e relatórios, frequências em monitorias, trabalhos individuais ou em grupo e outras atividades similares realizadas na Instituição de Ensino.

V - DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

Código	Disciplina	Pré-requisito Código	Carga-horária					Forma de Oferta	
			Total	Teórica	Prática	APS	APCC	EXT	Sem/Anual
1º ano									
1	Introdução ao Estudo do Direito		136	136				16	Anual
2	Sociologia Geral e Jurídica		68	68					Anual
3	Economia Política		68	68				16	Anual
4	Metodologia da Pesquisa Jurídica		68	68				16	Anual
5	Ciência Política e Teoria do Estado		68	68				16	Anual
6	Psicologia Jurídica		68	68					Anual
7	Direito Constitucional I		68	68					Anual
Subtotal			544	544				64	
2º ano									
8	Optativa I		34	34					semestral (1ºsem)
9	Direito Civil I	1	136	136					Anual
10	Teoria Geral do Processo	1 e 7	68	68					Anual
11	Filosofia Geral e Jurídica	1	136	136					Anual
12	Direito Penal I	1	136	136					Anual
13	Formas Consensuais de Resolução de Conflitos		34	34					semestral (2º sem)
14	Direito Constitucional II	7	136	136				16	Anual
Subtotal			680	680				16	
3º ano									
15	Direito Penal II	12	136	136					Anual
16	Direito Civil II	9	136	136					Anual
17	Direito Processual Civil I	10	136	136					Anual
18	Direito Administrativo	14	136	136				16	Anual
19	Direito do Trabalho	9	136	136				16	Anual
20	Direito Empresarial	9	136	136				16	Anual
Subtotal			816	816				48	
4º ano									
21	Direito Penal III	15	68	68					Anual
22	Direito Civil III	16	136	136					Anual
23	Direito Processual do Trabalho	19	68	68					Anual
24	Direito Processual Penal	15	136	136				16	Anual
25	Direito Processual Civil II	17	136	136					Anual

26	Direito Digital	16	34	34					semestral (1º sem)
27	Optativa II		34	34					semestral (2º sem)
28	Estágio de Prática Jurídica I	17	136		136			68	Anual
	Subtotal		748	612	136			84	
	5º ano								
29	Direito Civil IV	22	136	136				16	Anual
30	Direito Internacional Público e Privado	18, 23	68	68					Anual
31	Direito Ambiental	22	34	34				04	semestral (1º sem)
32	Direito Tributário	25	136	136					Anual
33	Direito Previdenciário	23	68	68					Anual
34	Deontologia Jurídica	11	34	34				04	semestral (1º sem)
35	Optativa III		34	34				00	Anual
36	Trabalho de Curso	28	136		136			13	Anual
37	Estágio de Prática Jurídica II	28	272		272			136	Anual
38	Direito Financeiro	25	34	34					semestral (2º sem)
	Subtotal		952	544	408			173	
	TOTAL DE DISCIPLINAS		3740	3196	544			385	
	Atividades Acadêmicas Complementares		85						
	Extensão Universitária		385						
	TOTAL DO CURSO		3825						

VI – CARGA-HORÁRIA DO CURSO COM DESDOBRAMENTO DE TURMAS

DISCIPLINA	Ano Período	C/H TEÓRICA				C/H PRÁTICA					TCC ESTÁGIO		C/H Total de Ensino	
		C/H Total	C/H Teórica	*A/D Teórica	Total	C/H Prática	Nº de Grupos	Sub total	Prática	Total	Nº de Alunos	Total		
		1	2	3	4=2+3	5	6	7=5 x 6	8	9=7+8	10	11		12=4+9+11
1º ano														
Introdução ao Estudo do Direito		136	136	136	272									272
Sociologia Geral e Jurídica		68	68	68	136									136
Economia Política		68	68	68	136									136
Metodologia da Pesquisa Jurídica		68	68	68	136									136
Ciência Política e Teoria do Estado		68	68	68	136									136
Psicologia Jurídica		68	68	68	136									136
Direito Constitucional I		68	68	68	136									136
Subtotal		544	544	544	1.088									1.088
2º ano														
Direito Penal I		136	136	136	272									272
Direito Civil I		136	136	136	272									272
Teoria Geral do Processo		68	68	68	136									136
Filosofia Geral e Jurídica		136	136	136	272									272
Optativa I		34	34	34	68									68



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Reitoria - CNPJ 78.680.337/0001-84 - www.unioeste.br
Fone: +55 (45) 3220-3000 | Rua Universitária, 1619
Jardim Universitário | CEP 85819-110 | Cascavel/PR | Brasil



Direito Constitucional II		136	136	136	272								272
Formas Consensuais de Resolução dos Conflitos		34	34	34	68								68
Subtotal		680	680	680	1360								1.360
3º ano													
Direito Penal II		136	136	136	272								272
Direito Civil II		136	136	136	272								272
Direito Processual Civil I		136	136	136	272								272
Direito do Trabalho		136	136	136	272								272
Direito Empresarial		136	136	136	272								272
Direito Administrativo		136	136	136	272								272
Subtotal		816	816	816	1.632								1.632
4º ano													
Direito Penal III		68	68	68	136								136
Direito Civil III		136	136	136	272								272
Direito Processual do Trabalho		68	68	68	136								136
Direito Processual Penal		136	136	136	272								272
Direito Processual Civil II		136	136	136	272								272
Optativa II		34	34	34	68								68
Direito Digital		34	34	34	68								68
Estágio de Prática Jurídica I		136				136	01			272	40	1.700	1972
Subtotal		748	612	612	1.224	136	01			272	40	1700	3.196
5º ano													
Direito Civil IV		136	136	136	272								272

Direito Internacional Público e Privado		68	68	68	136								136
Direito Ambiental		34	34	34	68								68
Direito Tributário		136	136	136	272								272
Deontologia Jurídica		34	34	34	68								68
Direito Financeiro		34	34	34	68								68
Optativa III		34	34	34	68								68
Trabalho de Curso		136				136	01			272	40	1.700	1.972
Estágio de Prática Jurídica II		272				272	01			272	40	1.700	1.972
Subtotal		952	544	544	1088	408				544		3.400	5.032
TOTAL													12.308

VII - QUADRO DE EQUIVALÊNCIA DO CURSO

CURRÍCULO EM VIGOR			CURRÍCULO PROPOSTO		
Código	Disciplina	C/H	Código	Disciplina	C/H
1	Introdução ao Estudo do Direito (1º. ano)	136	1	Introdução ao Estudo do Direito (1º. ano)	136
2	Sociologia Geral e Jurídica (1º. ano)	136	2	Sociologia Geral e Jurídica (1º. ano)	68
11	Filosofia Geral (1.º ano)*	68	11	Filosofia Geral e Jurídica (2º.ano)	136
18	Filosofia Jurídica (3º. ano)*	68	11	Filosofia Geral e Jurídica (2º. ano)	136
3	Economia Política (1º. ano)	68	3	Economia Política (1º. ano)	68
4	Metodologia da Pesquisa Jurídica (1º. ano)	68	4	Metodologia da Pesquisa Jurídica (1º. ano)	68
5	Ciência Política e Teoria do Estado (1º. ano)	136	5	Ciência Política e Teoria do Estado (1º. ano)	68
6	Psicologia Jurídica (1º. ano)	68	6	Psicologia Jurídica (1º. ano)	68
7	Direito Constitucional I (1º. ano)	68	7	Direito Constitucional I (1º. ano)	68
			13	Formas Consensuais de Resolução de Conflitos (2.º ano)	34
8	Direito Penal I (Parte Geral) (2º. ano)	136	12	Direito Penal I (2º.ano)	136
9	Direito Civil I (2º. ano)	136	9	Direito Civil I (2º. ano)	136
10	Teoria do Processo (2º. ano)	136	10	Teoria Geral do Processo (2º. ano)	68
13	Direito Constitucional II (2º. ano)	136	14	Direito Constitucional II (2º. ano)	136
14	Direito Empresarial I (2º. Ano)	136	20	Direito Empresarial I (3º. ano)	136
15	Direito Penal II (3º. ano)	136	15	Direito Penal II (3º ano)	136
16	Direito Civil II (3º. ano)	136	16	Direito Civil II (3º ano)	136
17	Direito Processual Civil I (3º. ano)	136	17	Direito Processual Civil I (3º ano)	136
20	Direito Empresarial II (2º ano)*	136	20	Direito Empresarial II (3º ano)	136

19	Direito do Trabalho (3.º ano)	136	19	Direito do Trabalho (3º ano)	136
20	Direito Administrativo (3º. ano)	136	18	Direito Administrativo (3º ano)	136
12	Direito Internacional Público (2º. ano)*	68	30	Direito Internacional Público e Privado(5º. ano)	68
32	Direito Internacional Privado (5º ano)	68	30	Direito InternacionalP Público e Privado (5º ano)	68
22	Direito Penal III (4º. ano)	68	21	Direito Penal III (4º. ano)	68
23	Direito Civil III (4º. ano)	136	22	Direito Civil III (4º. ano)	136
24	Direito Processualdo Trabalho (4º. ano)	68	23	Direito Processual do Trabalho (4º. ano)	68
			26	Direito Digital (4.º ano)	34
26	Direito Processual Civil II (4º. ano)	136	25	Direito Processual Civil II (4º. ano)	136
25	Direito Processual Penal (4º. ano)	136	24	Direito Processual Penal (4º. ano)	136
29	Estágio de Prática Jurídica I (4º. ano)	136	28	Estágio de Prática Jurídica I (4º. ano)	136
30	Direito Civil IV (5º. ano)	136	29	Direito Civil IV (5º. ano)	136
31	Direito Ambiental (5º. ano)	68	31	Direito Ambiental (5º. ano)	34
34	Direito Tributário (5º. ano)	136	32	Direito Tributário (5º. ano)	136
			38	Direito Financeiro (5º.ano)	34
27	Deontologia Jurídica (4º. ano)*	68	34	Deontologia Jurídica (5º. ano)	34
39	Estágio de PráticaJurídica II (5º. ano)	272	37	Estágio de Prática Jurídica II (5º. ano)	272
38	Trabalho de Conclusão de Curso (5º. ano)	136	36	Trabalho de Conclusãode Curso (5º. ano)	136
	Optativa I (3º ano)*	68	8	Optativa I (2º ano)	34
	Optativa II (4º ano)	68	27	Optativa II (4º ano)	34
	Optativa III (5º ano)	68	35	Optativa III (5º ano)	34

* Em caso de reprovação em tais disciplinas nas quais houve mudança de sua alocação nos anos letivos, deverá ser ofertada disciplina no ano subsequente à reprovação, se a lacuna entre a disciplina do currículo atual e o passado não puder ser suprida devidamente.

VIII - PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Ano: Implantação gradativa a partir de 2023.

IX - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

a) PRIMEIRO ANO

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				16
<p>Ementa: Direito, Sociedade e Estado. Ciências afins do Direito. A Função Social do Direito. Fontes do Direito. Direito como objeto de conhecimento: origens, significados e funções. Direito: como dogma, como ordenação racional, como norma posta e como instrumento decisório. O Direito e os limites da racionalidade positivada. O Direito objetivo. A Teoria do Ordenamento Jurídico. Norma jurídica e a teoria do Direito. A hermenêutica jurídica tradicional: a aplicação do Direito e a interpretação da lei. O Direito subjetivo: os titulares dos direitos subjetivos; Direitos humanos e as liberdades democráticas. Justiça: definição, espécies e noções de administração. O direito como ciência e a crise do paradigma positivista. A superação da ciência dogmática do Direito. A nova hermenêutica jurídica. O Direito como ciência e a revolução paradigmática da complexidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade.</p>					

Disciplina: Sociologia Geral e Jurídica					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				
<p>Ementa: Surgimento da Sociologia e sua contribuição para compreensão do coletivo. O pensamento sociológico clássico: Comte, Weber, Marx, Durkheim. O pensamento contemporâneo de Boaventura de Souza Santos. Conceitos sociológicos básicos: cultura e sociedade, controle, processos e mudança social. Atualização dos temas da sociologia geral. Sociologia do Direito. Estrutura do direito e da sociedade. Direito e cidadania. Controle e mudança social. Direito e anomia. Pluralismo jurídico. História e cultura Afro-brasileira e Africana.</p>					

Disciplina: Economia Política					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				16
<p>Ementa: Introdução ao estudo da Economia Política. Relações entre Direito e Economia Política. Modos de produção e relações sociais. Modelos de organização econômica no mundo real. Evolução do Capitalismo. Princípios e fundamentos do pensamento econômico liberal clássico, neoclássico, marxista,</p>					

keynesiano e neoliberal. Política econômica: objetivos, meios e fins. Problemas econômicos brasileiros. Temas contemporâneos em Economia Política e Direito.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Jurídica

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				16

Ementa: A Pesquisa Jurídica: características, espécies, métodos. Etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações, redação do relatório. Da redação acadêmica. Elaboração de projetos de pesquisa e de extensão: estrutura e conteúdo. Relatórios de pesquisa e de extensão jurídicas. Iniciação científica e produção de trabalho científico, com apresentação no Jurisciência.

Disciplina: Ciência Política e Teoria do Estado

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				16

Ementa: Ciência Política e Teoria Geral do Estado – noções elementares. A sociedade e o Estado. O Estado e o poder. O Estado e o Direito. Formas de Estado. Formas de Governo. Declarações e Gerações de Direitos. Democracia.

Disciplina: Psicologia Jurídica

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				

Ementa: Introdução ao estudo da Psicologia. Desenvolvimento. Psicologia Jurídica no Brasil e sua relação com a Prática Jurídica. Relações da Psicologia com os Ramos do Direito. Aspectos Gerais sobre a Teoria do Conflito. Relações Étnico-raciais e Harmonia Social.

Disciplina: Direito Constitucional I

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				

Ementa: Estado e Constituição. Origem e características do Constitucionalismo. Conceitos de Constituição. Classificação das Constituições. Direito Constitucional: conceito, fontes e objeto. Teoria da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Teoria dos Princípios e Regras Constitucionais. Poder Constituinte: originário, derivado, difuso e supranacional. Tratados internacionais e Constituição. Histórico das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988: objetivos e princípios fundamentais. Direitos Humanos. Inclusão social. Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos individuais. Direitos sociais. Igualdade: ações afirmativas, minorias e relações étnico-raciais. Constitucionalismo latino-americano, relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena. Da nacionalidade. Dos

direitos políticos. Dos partidos políticos. Da defesa do Estado e das instituições democráticas.

b) SEGUNDO ANO

Disciplina: Direito Civil I					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				
Ementa: Teoria Geral do Direito Privado. Princípios orientadores do Direito Civil. Fontes do Direito. Interpretação e integração da norma jurídica. Conflito de leis no tempo (Direito intertemporal). Sujeitos de Direito: personalidade jurídica. Pessoas naturais: estado e capacidade; incapacidade; emancipação; domicílio e residência; morte e ausência; registro civil de pessoas naturais. Direitos de personalidade. Pessoas Jurídicas Domicílio. Objeto de direitos: os bens e sua classificação; o patrimônio geral e patrimônios especiais. Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos ilícitos e negócios jurídicos: caracterização. O negócio jurídico e seus elementos constitutivo, essenciais e acidentais (condição, termo e modo). Invalidez e ineficácia do negócio jurídico: erro, dolo, coação, simulação etc. atos ilícitos e abuso de direito. Fatos justificados: estado de necessidade; legítima defesa Prescrição, decadência Prova no direito civil.					
Disciplina: Direito Constitucional II					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				16
Ementa: Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Do Federalismo Brasileiro. Sistema de repartição de competência. União. Estado, Município e Distrito Federal. Práticas de extensão referente às competências constitucionais locais. Da organização dos Poderes. Poder Legislativo: estatuto dos congressistas, processo legislativo ordinário e especial. Comissão parlamentar de inquérito. Eleições e sistema eleitoral. Poder Judiciário: garantias, organização e competências constitucionais. Funções essenciais à justiça. Poder Executivo: atribuições do Presidente da República, sucessão e vacância, responsabilidade do Presidente da República, imunidades, prerrogativas. Impeachment. Da administração pública. Constituição no tempo: recepção, repristinação, desconstitucionalização, inconstitucionalidade superveniente e revogação. Do controle de Constitucionalidade. Controle Difuso e Abstrato (ADI, ADC, ADPF). Repercussão Geral. Súmula Vinculante.					

Disciplina: Direito Penal I					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				
Ementa: Introdução. A Norma Penal. Aplicação da Lei Penal. Do Crime. Da Ação. Da Tipicidade. Da Tentativa. Da Antijuridicidade. Da Culpabilidade. Do Concurso					

de Pessoas. Das Penas. Concurso de crimes. Das Penas: Espécies, Cominação, Aplicação, Suspensão Condicional, Livramento Condicional, Efeitos da Condenação, Reabilitação. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Da Extinção Da Punibilidade.

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				

Ementa: Ementa: Processo e Constituição. Acesso à Justiça. Princípios constitucionais do processo. Princípios Gerais do Direito Processual. Fontes do Direito Processual. As leis processuais no tempo e no espaço. Institutos Fundamentais do direito processual: ação, jurisdição e processo. Relação processual. Sujeitos do Processo. Atos Processuais. Competência. Poder Judiciário. Ministério Público. A emenda constitucional nº 45/04 e as reformas processuais.

Disciplina: Formas Consensuais de Resolução dos Conflitos

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
34	34				

Ementa: Formas Consensuais de Solução de Conflitos: Justiça e Conflito: paradigmas e métodos de resolução de conflitos. Teoria do Conflito. Políticas Públicas, Sistema Multiportas e Meios Consensuais. Comunicação não violenta, argumentação eficaz, e Teoria dos Jogos. Método Harvard de Resolução dos Conflitos. Negociação, Conciliação e Mediação: fundamentos, tipos, competências e técnicas de resolução. Arbitragem: fundamentos, convenção, cláusula arbitral e Tribunal Arbitral. Outras formas consensuais e plataformas digitais para resolução de conflitos.

Disciplina: Filosofia Geral e Jurídica

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				

Ementa: História da filosofia, sob a perspectiva dos pré- socráticos, da metafísica clássica (grega, romana e medieval), da metafísica moderna (racionalismo, empirismo e idealismo) e da filosofia contemporânea (nihilismo, analítica e existencialismo). História da filosofia com os aspectos jurídicos nela contidos sob os pressupostos da justiça, do direito positivo (legalismo) e do constitucionalismo contemporâneo. Jusnaturalismo. Juspositivismo. Jusconstitucionalismo.

Disciplina: Optativa I

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT

34	34				
Ementa: Conforme Plano de Ensino e sugerido anualmente ao Colegiado.					

c) TERCEIRO ANO

Disciplina: Direito Civil II					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				
Ementa: Conceito de Obrigação: sujeito, objeto, conteúdo, finalidade. Classificação das obrigações. Pagamento. Formas de Pagamento Indireto. Responsabilidade Civil Contratual: inadimplemento das obrigações. Mora. Juros. Cláusula Penal. Arras. Teoria geral dos contratos. Princípios Orientadores. Vícios redibitórios. Evicção. Compra e venda. Permuta. Promessa de compra e venda. Doação. Locação. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e mútuo. Depósito. Mandado e gestão de negócios. Constituição de renda. Jogo e apostas. Fiança. Contratos Digitais e Criptomoedas.					

Disciplina: Direito Penal II					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				
Ementa: Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Dos crimes contra o Estado Democrático de Direito.					

Disciplina: Direito Processual Civil I					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				
Ementa: Princípios. Disposições gerais do Código de Processo Civil. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de Conhecimento: procedimento comum. Petição inicial. Tutela provisória, de urgência e evidência. Citação. Resposta do Réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Saneamento. Teria Geral das Provas. Audiências. Sentença e coisa julgada. O Processo nos Tribunais: uniformização de jurisprudência, ação rescisória, homologação de sentença estrangeira, assunção de competência, incidente de resolução de demandas repetitivas e reclamação. Sistema de Precedentes. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos inominados, recurso especial, recurso extraordinário.					

Disciplina: Direito Administrativo					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				16
<p>Ementa: O Estado contemporâneo e o Direito Administrativo: Noções introdutórias. Direito administrativo: conceito, evolução, atualidades e tendências doutrinárias. Regime Jurídico-Administrativo: Princípios da Administração Pública. A Verticalização das Fontes do Direito Administrativo. Agentes Públicos. Poderes-deveres da Administração Pública. Administração Pública: natureza, fins e atividades. Administração Direta e Indireta. A Intervenção do Estado no Domínio Econômico: Teoria dos Serviços Públicos: Regras constitucionais, caracterização e princípios aplicáveis. Teoria do Ato Administrativo: conceito, atributos, requisitos de validade, extinção, controle da discricionariedade pelo Poder Judiciário. A processualização das atividades administrativas: Entre a autoridade e o consenso, participação, democracia, administração pública digital, processos administrativos em espécie. A Intervenção do Estado na Propriedade. Licitação: conceito, fundamentos, objeto, princípios, dispensa e inexigibilidade, contratos administrativos. Responsabilidade Civil da Administração Pública. Controle da administração pública. Bens Públicos. Processo Administrativo.</p>					

Disciplina: Direito Empresarial					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				16
<p>Ementa: Ementa: Origem e evolução histórica. A ordem econômica na Constituição. Empresa e empresário. Direito Societário. Microempresa e empresa de pequeno porte. Propriedade Industrial. Títulos de crédito. Falência. Recuperação de empresas. Arbitragem. Contratos empresariais. Responsabilidade civil do empresário no Código de Defesa do Consumidor.</p>					

Disciplina: Direito do Trabalho					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				16
<p>Ementa: Introdução: o trabalho e o Direito. Parte Geral: caracterização do Direito do Trabalho; Direito do Trabalho e Direitos Humanos; fontes do Direito do Trabalho; princípios; aplicação no tempo e no espaço; prescrição e decadência. Direito Internacional do Trabalho: a Organização Internacional do Trabalho; sistemas regionais de direitos humanos e Direito do Trabalho. Direito Individual do Trabalho: relação de trabalho e relação de emprego; empregado e empregador; contrato de trabalho: caracterização, modalidades, efeitos, o poder no contrato de trabalho; formação e alteração do contrato de trabalho, interrupção e suspensão, extinção</p>					

contratual. Remuneração e salário; Duração do trabalho e períodos de descanso; Estabilidade e garantias de emprego; Vulnerabilidades e Direito do Trabalho: trabalho e gênero; proteção integral da infância e trabalho; trabalho e discriminação racial; migrantes e refugiados e Direito do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho: princípios; organização sindical brasileira; negociação coletiva; formas de solução de conflitos coletivos; greve.

d) QUARTO ANO

Disciplina: Direito Penal III

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				

Ementa: Leis Penais Extravagantes. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006); Lei do Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/2019); Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90); Lei de Organização Criminosa (Lei n. 12.850/2013); Estatuto do Desarmamento (Lei n. 18.826/2003). Lei dos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei n.8.137/1990).

Disciplina: Direito Civil III

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				

Ementa: Responsabilidade Civil Extracontratual: subjetiva e objetiva. Origens, pressupostos, elementos. Dano Material. Dano Moral. Dano Estético. Indenização e seus limites. Perdase danos. Responsabilidade Civil Contratual e seu Confronto com a Responsabilidade Civil Extracontratual. Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor. Direitos reais. Posse. Propriedade. Condomínio. O problema da terra no Brasil: reforma agrária e urbana. Direitos reais sobre coisas alheias: do gozo, da aquisição e de garantia. Registro de imóveis. Noções de Direito Agrário.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				

Ementa: Acesso à Justiça, Direitos Humanos e o Direito Processual do Trabalho. Conceito de Direito Processual do Trabalho. Histórico. Princípios. Conflitos individuais e coletivos e tutela processual. Justiça do Trabalho: organização e competência. Ministério Público do Trabalho. Ação, processo e procedimento e Direito Processual do Trabalho. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades processuais. Partes e Procuradores. Dissídios individuais. Dissídios coletivos. Recursos. Execução. Procedimentos especiais.

Disciplina: Direito Processual Penal

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				16

Ementa: Teoria Geral do Direito Processual Penal. Inquérito Policial. Prisão provisória. Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Sanções processuais. Nulidade e exceções. Teoria Geral da Prova. atos de comunicação processual. Procedimento comum e demais constantes do Código de Processo Penal. Júri. Recursos. Processos constantes de leis especiais.

Disciplina: Direito Processual Civil II

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				

Ementa: Do Processo de Execução. Responsabilidade patrimonial. Liquidação de sentença. Cumprimento de Sentença. As diversas espécies de execução. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Remição. Suspensão e extinção do processo. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução para entrega de coisa. Execução contra devedor insolvente (panorama geral). Embargos do devedor. Impugnação ao cumprimento de sentença. Embargos de terceiro. Execução contra a Fazenda Pública. Execução Alimentos. Execução Fiscal. Tutela provisória de urgência. Medidas cautelares nominadas e nominadas. Procedimentos Especiais: procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação extravagante.

Disciplina: Optativa II

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
34	34				

Ementa: Redação a ser criada pelo docente proponente e apresenta a cada ano ao Colegiado do Curso.

Disciplina: Estágio de Prática Jurídica I

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136		136			68

Ementa: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, penal, trabalhista, forense e não forense. Noções sobre exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica. Aperfeiçoamento da prática profissional jurídica por intermédio de atividades de extensão universitária, realizadas no Núcleo de Prática Jurídica, Núcleo Maria da Penha, Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude, e Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu.

Disciplina: Direito Digital					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
34	34				
Ementa: O Conceito de Direito Digital. Negócios Digitais. Crimes Digitais. Legaltechs e Lawtechs.					

e) QUINTO ANO

Disciplina: Direito Civil IV					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				16
Ementa: As famílias: conceito jurídico e sociológico. As famílias na Constituição de 1988. A constitucionalização do Direito Civil e do Direito das Famílias. Casamento: processo de habilitação, impedimentos e sua oposição. Efeitos jurídicos do casamento. União estável. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Tutela. Curatela. Ausência. Relação de parentesco. Alimentos. Adoção. Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e Partilha. Fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8.069/90) Disposições gerais sobre o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003).					

Disciplina: Direito Financeiro					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
34	34				
Ementa: Ciência das Finanças: conceito. Direito Financeiro: conceito de Necessidades Públicas, Serviços públicos e Poder de polícia. Relacionamento com os demais subsistemas jurídicos. Direito Financeiro e Direito Tributário. Objeto e Conteúdo do Direito Financeiro. Despesas Públicas: classificação das despesas públicas e execução das despesas públicas. Compensação financeira: sua instituição Legal e sua natureza jurídica. Orçamento: conceito, Natureza Jurídica, Processo Legislativo, Leis Orçamentárias. Fiscalização e controle dos orçamentos: tipos de controle. Crédito público: Conceito, Crédito forçado e Crédito voluntário.					

Disciplina: Optativa III					
Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
34	34				
Ementa: Redação a ser criada pelo docente proponente e apresenta a cada ano ao Colegiado do Curso.					

Disciplina: Direito Internacional Público e Privado

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				
<p>Ementa: Direitos Humanos. Sujeitos de Direito Internacional Público: Estado, Organizações Internacionais, Coletividades não estatais. Fontes do Direito Internacional Público. Costume. Tratados. Tratados Internacionais e Direitos Humanos. Princípios Gerais do Direito Internacional. Atos unilaterais. Atos das Organizações Internacionais. Conflitos de normas no Direito Internacional Público. Conflito de normas de Direito Internacional Público e de Direito Interno. Imunidade de Estado, Imunidade Diplomática, Imunidade Consular, Proteção diplomática. Domínio Público Internacional: domínio territorial e aéreo, rios internacionais, espaço exterior, domínio marítimo. Conceito de Direito Internacional Privado. História e principais doutrinas. Fontes. Codificações e tentativas de codificação. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos interestaduais. Aplicação, prova e interpretação do Direito Estrangeiro. Questões de Direito Civil Internacional. Questões de Direito Processual Civil Internacional.</p>					

Disciplina: Direito Ambiental

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
34	34				04
<p>Ementa: A crise ambiental. O desenvolvimento histórico do Direito Ambiental. Mudança de Paradigma Jurídico: direitos difusos, sociedade de massa, sociedade de risco e novas dimensões dos direitos fundamentais. O direito fundamental ao meio ambiente. Direito Ambiental: conceito e autonomia. Correntes filosóficas do Direito Ambiental. Princípios do Direito Ambiental. O meio ambiente na Constituição Federal. O bem ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos, diretrizes, SISNAMA e instrumentos. Legislação ambiental e recursos naturais: florestas, recursos hídricos, unidades de conservação, fauna, mineração, energia nuclear, biossegurança, poluição, resíduos sólidos. Responsabilidade jurídica por danos e infrações ambientais.</p>					

Disciplina: Direito Tributário

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136	136				
<p>Ementa: Sistema Tributário nacional: princípios constitucionais tributários. Competência impositiva. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Normas Gerais de Direito tributário. Direito Tributário Penal. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial tributário. Tributos: Federais, Estaduais e Municipais.</p>					

Disciplina: Direito Previdenciário

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
68	68				
<p>Ementa: Seguridade Social na perspectiva jurídica. Previdência Social no Brasil. Regime Geral da Previdência Social. Previdência Social do Servidor Público. Previdência Complementar.</p>					

Disciplina: Deontologia Jurídica

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
34	34				04
<p>Ementa: Ética geral. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.</p>					

Disciplina: Estágio de Prática Jurídica II

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
272		272			136
<p>Ementa: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil, penal, trabalhista, forense e não forense. Noções sobre exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica. Aperfeiçoamento da prática profissional jurídica por intermédio de atividades de extensão universitária, realizadas no Núcleo de Prática Jurídica, Núcleo Maria da Penha, Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude, e Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu.</p>					

Disciplina: Trabalho de Curso

Carga-horária total	C/H teórica	C/H prática	C/H APS	C/H APCC	C/H EXT
136		136			13
<p>Ementa: Elaboração de um trabalho de conclusão de curso, de cunho científico, relacionado com a área jurídica, voltado para os conhecimentos e experiências acumulados durante o curso de graduação e a formação acadêmica. Projeto de Pesquisa. Rascunho Inicial. Rascunho Final. Defesa do Trabalho de Curso.</p>					

X - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICA

O Curso de Direito da Unioeste, *campus* de Foz do Iguaçu, realiza atividades de discussão, elaboração de textos e pareceres acerca de temas jurídicos estudados, elaboração de peças processuais e outros documentos jurídicos, como forma de complementação à formação acadêmica de seus alunos na realização do processo de ensino aprendizagem.

Com as disciplinas de Estágio de Prática Jurídica I e II, busca-se o aperfeiçoamento da prática profissional jurídica por intermédio de atividades de extensão universitária que impulsionem a articulação de saberes, e, que aproximem o estudante da realidade social que o cerca, efetuando, assim, uma justiça mais humanizada.

XI - DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio de Prática Jurídica é realizado conformeregulamento próprio, com carga-horária total de 408 horas. Esta carga horária é dividida na 4ª e 5ª séries do curso, sendo Estágio de Prática Jurídica I, com 136 horas e Estágio de Prática Jurídica II, com 272 horas. Dentro desta carga-horária total, estará incluída respectivamente 68h e 136h, as quais serão destinadas ao atendimento da comunidade, dentro do estágio obrigatório, conforme Resolução 07/2018 do CNE.

A disciplina de Estágio de Prática Jurídica I tem como característica a realização de trabalhos simulados em ambiente de laboratório, orientados por professor supervisor, nas diversas áreas de atuação do profissional jurídico.

A disciplina de Estágio de Prática Jurídica II tem como característica a realização de atendimento, acompanhamento de audiências e prática forense realizada realizadas nos Núcleos de Prática Jurídica da Unioeste, ou aqueles mantidos em parceria com outras entidades públicas, como também por meio de estágio em órgãos públicos ou escritórios de advocacia conveniados, sempre sob orientação de um supervisor técnico da entidade estagiada e de um professor supervisor indicado pelo Curso de Direito.

Como exemplos das atividades de prática citam-se: a) Patronato Penitenciário

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 064/2023-CEPE, de 30 de março de 2023.

Municipal de Foz do Iguaçu, que atende assistidos que se encontram em regime especial ou alternativo de cumprimento de pena auxiliando sua reinserção social; b) Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude - NEDDIJ, que atende as demandas de competência da Vara da Infância e Juventude e na divulgação do Estatuto da Criança e adolescente; c) Núcleo de Prática Jurídicas que atende demandas criminais e de direito de família e cíveis, e; d) Núcleo Maria da Penha – NUMAPE, que presta atendimento jurídico e psicológico gratuito às mulheres de baixa renda e que gostariam de se desvincular de seus agressores, com a realização do divórcio ou reconhecimento e dissolução de união estável, bem como a regularização de visitas e guarda dos filhos, alimentos e partilha de bens, decorrentes da separação.

XII - DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Curso é regido por regulamento próprio, aprovado pelo Colegiado do Curso de Direito e demais instâncias competentes da Unioeste. O TCC deve ser realizado na modalidade de Monografia, de forma individual, na área de Direito e tendo como objeto pelo menos uma das subáreas determinadas pelo CNPQ. Alternativamente, o TCC poderá ser cumprido mediante a publicação de artigo científico ou relatório de extensão realizado exclusiva e conjuntamente entre orientanda(o)/orientador(a), em revista científica qualificada pela CAPES ou evento de caráter nacional/internacional, iniciado ainda no quarto ano, enquanto iniciação científica ou extensiva e publicado no transcorrer do último ano letivo do curso.

Conforme a Resolução 07/2018, 13 h da disciplina de Trabalho de Curso serão dedicadas à realização de um evento científico anual de divulgação extensionista das pesquisas a serem desenvolvidas os trabalhos apresentados nas bancas de defesa.

XIII – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Todo aluno deve cumprir atividades complementares, distribuídas em, pelo menos, dois anos do Curso e obedecidas às normas vigentes determinadas pelas

Diretrizes da Unioeste e pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito, 85 horas de atividades complementares, envolvendo ensino, pesquisa, extensão e estágio.

XIV - DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é ponto crucial nas diretrizes estabelecidas pela Unioeste para seus cursos de graduação. Assim sendo, o Curso de Direito contempla a constante busca pela construção e consolidação de conhecimento científico. Para tanto, incentivará as atividades de pesquisa específica e interdisciplinar, de modo que esta seja, efetivamente, propulsora da relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A participação dos acadêmicos se dá na pesquisa por meio de projetos de iniciação científica e de vinculação a grupos de pesquisa, sempre com a orientação e supervisão dos docentes do curso.

No campo da pesquisa, o curso tem se destacado no incentivo à iniciação científica com a realização de um evento anual como característica principal de promover a divulgação da produção dos acadêmicos de Direito da Unioeste e de toda a região. Esse trabalho produz seus frutos com a criação e fortalecimento de projetos e grupos de pesquisa voltados para áreas específicas do Direito. Acerca da produção e divulgação do conhecimento científico, realiza-se anualmente o evento chamado extensionista intitulado “Jurisciência”, com a finalidade da divulgação da produção científica do curso de Direito e acesso deste importante material para a comunidade.

XV - DESCRIÇÃO DA EXTENSÃO

No âmbito da extensão, encontra-se, propriamente, a relação entre comunidade acadêmica e sociedade através do processo dialético de teoria/prática, criando a ligação entre os conhecimentos adquiridos e a realidade prática, favorecendo a interdisciplinaridade e a democratização do conhecimento acadêmico e científico.

A integração entre graduação, pesquisa e extensão se dá através das atividades propostas e desenvolvidas em conjunto pelo corpo docente e discente do

curso. Essas atividades buscam atender às demandas da comunidade na área jurídica, sendo uma forma de cumprir a função social da Instituição, prestando serviços à sociedade em suas necessidades mais prementes.

Nesse sentido, o Curso de Direito promove cursos e seminários de qualificação e atualização nas diversas áreas do Direito, além de projetos de extensão e da participação em programas desenvolvidos pelos demais cursos das Unioeste – *Campus* de Foz do Iguaçu.

Nas práticas de extensão, o Curso conta com: a) Patronato Penitenciário Municipal de Foz do Iguaçu, que atende assistidos que se encontram em regime especial ou alternativo de cumprimento de pena auxiliando sua reinserção social; b) Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude - NEDDIJ, que atende as demandas de competência da Vara da Infância e Juventude e na divulgação do Estatuto da Criança e adolescente; c) Núcleo de Prática Jurídicas que atende demandas criminais e de direito de família e cíveis, e; d) Núcleo Maria da Penha – NUMAPE, que presta atendimento jurídico e psicológico gratuito às mulheres de baixa renda e que gostariam de se desvincular de seus agressores, com a realização do divórcio ou reconhecimento e dissolução de união estável, bem como a regularização de visitas e guarda dos filhos, alimentos e partilha de bens, decorrentes da separação.

A curricularização da extensão será realizada com 10% da carga horária do curso, totalizando 383 h e será distribuída no transcorrer das seguintes disciplinas descritas abaixo, conforme determina a Resolução MEC/CNE 07/2018.

A interação dialógica entre a comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos será realizada no transcorrer das disciplinas letivas. A curricularização da extensão envolver a participação do corpo discente e serão estipuladas em projetos, eventos e programas a serem criados especificamente para este fim.

Ano	Disciplinas	Carga-horária: unidade/total
1	Ciência Política; Economia Política; Introdução ao Estudo do Direito Metodologia da Pesquisa Jurídica	16h/64h
2	Direito Constitucional II	16h
3	Direito Administrativo; Direito Empresarial; Direito do Trabalho.	16h/48h
4	Estágio de Prática I	68h
4	Direito Processual Penal	16h
5	Estágio de Prática II	136h
5	Trabalho de Curso	13h
5	Direito Ambiental	04h
5	Deontologia Jurídica	04h
5	Direito Civil IV	16h

XVI - CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO		RT-TIDE	DISCIPLINAS (listar as disciplinas ministradas pelo docente na atual proposta)
	Graduação e Pós-graduação Área de conhecimento da titulação (Descrever a área do título)	Ano de conclusão e Instituição da última titulação		
Alfredo Copetti Neto	Graduado em Direito Mestre em Direito Doutor em Direito.	2010 Universidade de Roma III	40 h	Sociologia Geral e Jurídica Ciência Política Filosofia Jurídica Optativa Compliance Jurídico.
Carlos Alberto da Silva	Graduado em Filosofia/Direito Mestre em Direito Doutor em Direito	2021 UNIOESTE	40 h TIDE	Direito Empresarial Direito Civil I
Carolina Spack Kimmelmeier	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Negocial Doutora em Direito	2017 Universidade de São Paulo	40 horas	Direito do Trabalho Direito Processual do Trabalho Direito Previdenciário
Denise Rissato	Graduada em Ciências economias Mestre em Economia Aplicada Doutora em Políticas Públicas	2015 UERJ	40 horas TIDE	Economia Política
Cláudia Barbosa	Graduado em: Psicologia Mestre em: Psicologia Doutora em Psicologia	2008 Universidade de São Francisco	40 horas	Psicologia Jurídica

Fernando Luiz de Nadai Wrobel	Graduado em: Direito Extensão Universitária Pós-graduado em Direito.	2004 Universidade Virtual Brasileira	40 h	Direito Processual Civil II Teoria Geral do Processo Formas Consensuais de Resolução das Controvérsias
Isadora Minotto Gomes Schwertner	Graduado em: Direito Especialista em: Direito Civil e Processual Civil Mestre em: Direito Constitucional Econômico Doutorado em: Direito pela UFPR	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h	Direito Processual Civil I Prática Jurídica II
Jorge da Silva Giulian	Graduado em: Segurança Pública/Direito Especialista em: lato sensu em Meio- Ambiente, Gestão e Segurança de Trânsito Mestre em: Direito Doutorado em Direito pela UFPR.	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h	Direito Penal III Direito Processual Penal

Júlio César Garcia	Graduado em: Direito Pós-Graduação em: Direito Ambiental Norte-Americano	2016	40 h TIDE	Direito Ambiental Direito Digital
	Especialista em: Planejamento e Gestão Ambiental Mestre em: Direito Doutorado em: Direito pela UFPR	Universidade Federal do Paraná		Optativa – Direito Sustentabilidade e Unidades de Conservação da Natureza. Optativa – Direito do Consumidor
Lissandra Espinosa de Mello Aguirre	Graduada em: Direito. Especialista em: Direito Público. Mestre em: Direito. Doutorado em: Direito pela UFPR.	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h TIDE	Direito Constitucional I Direito Constitucional II
Luciano Fernandes Motta	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Doutorado em: Direito pela UNISSINOS	2008 Universidade do Vale do Rio dos Sinos	24 h	Direito Tributário Direito Financeiro
Marcos Vinícius Affornalli	Graduado em: Direito Especialista em Direito Civil e Processual Civil Mestre em: Direito Doutorado em: Direito pela UFPR	2016 Universidade Federal do Paraná	40 h	Direito Administrativo Prática Jurídica I

Sergio Rodrigo Martinez	Graduado em: Direito Mestre em: Direito Negocial Doutorado em: Direito Pós-Doutor em: Direito PUC/PR 2011	2003 Universidade Federal do Paraná	40 h TIDE	Direito Civil II Trabalho de Conclusão de Curso.
Fabiana Irala de Medeiros	Graduado em Direito Mestrado em Direito.	2011 PUC/PR	40 h	Direito Penal I Direito Penal II
PPS 1	Graduada(o) em Direito Mestrado em Direito ou afins.		PSS 20 h	
PPS 2	Graduada(o) em Direito. Mestrado em Direito ou afins.		PSS 20 h	
PPS 3	Graduada(a) em: Direito Mestrado em: Direito ou afins.		PSS 20 h	
PSS 4	Graduada(o) em Direito Mestrado em Direito.		PSS 20 h	

RESUMO QUANTITATIVO DE DOCENTES PELA ÚLTIMA TITULAÇÃO:

Especialistas: 1
 Mestres: 05
 Doutores: 11
 Pós-Doutores: 1
 TOTAL: 18



Reitoria - CNPJ 78.680.337/0001-84 - www.unioeste.br
Fone: +55 (45) 3220-3000 | Rua Universitária, 1619
Jardim Universitário | CEP 85819-110 | Cascavel/PR | Brasil



XVII – RECURSOS EXISTENTES E NECESSÁRIOS:

A) RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO - TÉCNICOS E DOCENTES:

- 1- Recursos humanos existentes: 11 Professores Concursados Efetivos;
- 2- Recursos humanos necessários: 1 servidor público – agente universitário para as atividades de secretariado; 1 estágio para o auxílio das atividades de secretariado; contratação de professores celetistas para suprir carga horária dos cargos de administração exercidos por docentes do curso, licenças sem vencimentos e licenças especiais, além de professores celetistas para suprir a demanda de carga-horária letiva, conforme a Lei Estadual n.º 20.933/2021 e sua regulamentação.

B) RECURSOS FÍSICOS:

Recursos físicos existentes: 5 salas de aula; 1 Sala de Coordenação do Curso e outras atividades correlatas; 1 Sala para estágio de Práticas Jurídicas; 2 auditórios do Campus cada com a respectiva capacidade de 120 e 400 pessoas.

Em conformidade com o Decreto n. 5.296/2004, os recursos físicos existentes permitem o acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Há de rampas de acesso e banheiros adaptados no bloco K onde se localizam as salas de aula do Curso de Direito.

C) RECURSOS MATERIAIS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO:

Recursos materiais existentes: 3 computadores; 5 aparelhos de projetor multimídia, instalados em cada uma das 5 salas de aula; 5 quadros brancos, instalados em cada uma das 5 salas de aula; 1 notebook; 1 impressora à laser; 1 balcão de armários; 3 arquivos suspensos; 5 estantes; 5 mesas.

D) RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS:

Recursos Bibliográficos Existentes: 2.063 títulos de Direito; Total de exemplares: 3.892 volumes; Periódicos: 52, com um total de 1.056 exemplares; Obras da área de



Reitoria - CNPJ 78.680.337/0001-84 - www.unioeste.br
Fone: +55 (45) 3220-3000 | Rua Universitária, 1619
Jardim Universitário | CEP 85819-110 | Cascavel/PR | Brasil



Sociais Aplicadas: 8.054 títulos, dentro de um acervo de 16.135; Acesso ao aplicativo “Minha Biblioteca”.

E) RECURSOS DE LABORATÓRIOS:

Recursos existentes de laboratório: Sala de Orientação, Práticas de Negociação e simulados do Tribunal do Júri; laboratório de informática, contendo 20 computadores, com capacidade para 40 pessoas; Sala do Núcleo de Prática Jurídica.